

Reunião dos Comitês e Comissões da ABA sobre a revisão da Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012

Em reunião *online* realizada pela plataforma Zoom, acontecida no dia 19 de novembro de 2021, membros dos comitês e comissões da ABA deram continuidade à discussão sobre os Projetos de Lei (PLs), que tramitam no Congresso Nacional, a respeito da revisão da Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades federais e outras instituições de ensino superior.

Participantes:

Participaram da reunião: Carla Teixeira (secretária geral da ABA), Tiago de Aragão (assessor de relações institucionais da ABA), Luciana Dias (diretora da ABA), João Batista de Jesus Felix (Comitê de Antropólogas/os Negras/os), Hélder Ferreira de Sousa (Comissão de Direitos Humanos), Felipe Tuxá (Comitê de Antropologxs Indígenas), Reginaldo Cordeiro dos Santos Junior (Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos), Denise Jardim (Comitê Migrações e Deslocamentos), Neusa Gusmão e Guillermo Vega Sanabria (Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia), além de Márcia Anita Sprandel (assessora técnica no Senado Federal).

A metodologia de trabalho:

Foi apresentada uma primeira versão do documento que tem recolhido as contribuições trazidas dos Comitê Migrações e Deslocamentos, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, assim como as originadas nas três reuniões anteriores realizadas por modo remoto. O documento, ainda em construção, foi preparado por Tiago de Aragão e encontra-se disponível no seguinte link:

<https://docs.google.com/document/d/1zQhpH7ptsJRWMSQM2uN4KMuWR7AY9fc5/edit?usp=drivesdk&oid=106221925215018613154&rtpof=true&sd=true>

Ele tem como base o documento que elenca os 35 PLs que versam sobre a chamada “Lei de cotas”, registrados no Congresso Nacional, e reunidos por Maia Sprandel e Tiago de Aragão. Esse documento também se encontra disponível no seguinte link:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/16p8_vVadqks9mWGBr36GPQVqlhVrGgoYomq4Wk2TvVk/edit?usp=drivesdk

A apreciação dos documentos:

Dentre os comentários sobre os documentos acima e outras reflexões mais gerais sobre a política de as ações afirmativas no Brasil feitas pelas/os participantes da reunião, destacam-se as seguintes:

- Além da atual reserva de vagas no ensino superior, é preciso pensar em formas de acesso diferenciado, em virtude das especificidades das populações às quais se destinam as ações afirmativas. Também é preciso considerar as políticas de permanência, tanto no que diz respeito à assistência estudantil quanto à adequação pedagógica e revisão curricular das instituições de ensino na graduação e na pós-graduação de modo a garantir o sucesso desses estudantes.
- Do mesmo modo, é preciso promover a pauta das ações afirmativas no Congresso (por meio da produção de notas técnicas sobre os PLs, destinadas aos parlamentares), no interior da ABA (por meio de eventos acadêmicos e outras manifestações) e perante o público geral (por meio de publicações na mídia).

- Na atual discussão dos comitês e comissões da ABA refletiu-se também que devem ser contemplados os PLs que são contrários às ações afirmativas, no intuito de se preparar para o enfrentamento de agendas reacionárias no Congresso.

- Propôs-se, por fim, considerar, junto à discussão sobre reserva de vagas no ensino superior, a discussão sobre reserva de vagas para indígenas em concursos públicos. Nesse sentido, foi mencionado o PL 5476/2020, da Deputada indígena Joênia Wapichana (REDE/RR), apensado ao PL 4386/2019, do Deputado Túlio Gadelha (PDT/PE), atualmente em discussão na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados.

Encaminhamentos:

O encontro terminou com dois encaminhamento: 1) preparar uma versão atualizada do documento com propostas da ABA para as equipes legislativas responsáveis pelos PLs com trâmite mais adiantado no Congresso. Para tanto, esperam-se novas contribuições dos comitês e comissões que ainda não as fizeram; 2) produzir uma nota técnica, dirigida aos congressistas, tratando dos critérios de acesso e processos seletivos especiais nas instituições de ensino superior. Tanto o documento quanto a nota técnica serão discutidos na próxima reunião, que deverá acontecer na sexta-feira 03 de dezembro ou em outra data, a depender da agenda das pessoas que serão convidadas. Nela, espera-se contar com a presença da profa. Nilma Lino Gomes, Ex-Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, além do Senador Paulo Paim (PT/RS) e da Deputada federal Natália Bonavides (PT/RN). Também acompanharemos a audiência pública convocada pelo Senador Paulo Paim (PT/RS) que tem como objetivo instruir o PL 4656/2020 e que será realizada na sexta-feira, dia 10 de dezembro de 2021.

O grupo constituído para essa discussão segue receptivo a manifestações e análises oferecidas pelos demais associados da ABA.

19 de novembro de 2021.